

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

NECROPOLÍTICA E PAISAGEM: UMA REFLEXÃO SOBRE O BANHADO, CARTÃO POSTAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

João Vitor Duarte Coelho, Maria Aparecida Papali.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi,
2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, duartecoelho16@gmail.com,
papali@univap.br.

Resumo

O presente artigo propõe uma discussão sobre a relação entre o conceito de necropolítica do historiador camaronês Achille Mbembe (2019) e a construção da ideia de paisagem, pensado esta junção através do processo de formação do bairro Jardim Nova Esperança em São José dos Campos, também conhecido como “favela” do Banhado. O objetivo é mostrar como a necropolítica se manifesta no processo de construção do cartão postal joseense, com a criação de uma zona de exclusão, violência e morte da população ali assentada. Para embasar este artigo, foram utilizadas teses de doutorado e leis municipais como fontes primárias.

Palavras-chave: Necropolítica, Paisagem, Banhado, São José dos Campos.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas - História.

Introdução

Considerado o principal cartão postal de São José dos Campos, o Banhado compreende um gigantesco anfiteatro natural que se abre após o declive abrupto, caindo sobre a várzea próxima como uma extensa planície que se alonga até o Rio Paraíba do Sul. Geograficamente, é formada pelo Rio Paraíba e sua várzea, delineada e emoldurada por uma encosta semicircular que o caracteriza como fenômeno natural singular (SILVA, 2017, p. 164).

O Plano Popular de Urbanização e Regularização Fundiária da USP (2019) estima que a comunidade do Jardim Nova Esperança tenha cerca de 2.000 pessoas instaladas, que forma cerca de 460 famílias que historicamente ocupam a área desde 1931, que com a desestruturação da economia agrária no sul de Minas Gerais, migraram para São José dos Campos, instalando ali o primeiro assentamento precário do município (ROSA FILHO, 2002).

O conceito de Necropolítica desenvolvido pelo historiador e pensador Achille Mbembe (2019) tem as suas bases teóricas em Michel Foucault (1987) e seus debates sobre a biopolítica e soberania. Podemos compreender a biopolítica como uma forma de poder estatal em que a vida é gerenciada a partir de tecnologias e saberes para sua manutenção e controle. Seguindo esta linha de raciocínio, a Necropolítica consiste em uma forma de poder estatal em que a gestão da vida das populações ocorre por meio de ações e inações endereçadas a produção da morte de determinados grupos sociais (MIRANDA, 2021, p. 15). O conceito de paisagem aqui utilizado se baseia em Cosgrove (2006, p. 3), sendo uma mesclagem de terra e vida, do espaço físico e das construções sociais presentes, e das distinções da região e comunidade local.

Embora a área do Banhado tenha sido estabelecida como Área de Proteção Ambiental (APA) em 1984 e estadualmente estabelecido como APA em 2002, o recente Plano Diretor de São José dos Campos, aprovado pela Lei Complementar nº 612 de 30 de novembro de 2018, ainda prevê a remoção das famílias que ali habitam, em favor da construção de um parque e um museu com enfoque turístico.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Figura 1 - Visão Orbital da Área do Banhado.



Fonte: SILVA, 2017.

Metodologia

Conduziu-se um levantamento bibliográfico acerca do tema abordado, mediante a utilização de obras acadêmicas, dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de artigos científicos disponibilizados em meio digital, cujos objetivos foram aprimorar a compreensão do tema em estudo e propiciar a análise pertinente. Os principais conceitos teóricos utilizados são o Necrocapitalismo de Achille Mbembe e o conceito de paisagem de Denis Cosgrove, a correlação destes conceitos nos permite propor uma reflexão acerca de uma nova maneira de olhar para a questão de violência histórica do Banhado. Além disso, foram consultados documentos oficiais emitidos por entidades públicas, como a Lei Complementar nº 612 de 30 de novembro de 2018, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos implementado pela lei citado anteriormente e por fim, o Relatório do Fórum Final de Discussão da Proposta do Plano Diretor de 2018, realizado pelo IPPLAN.

Resultado

Ao examinar o Plano Diretor e o Relatório do Fórum Final de Discussão da Proposta do Plano Diretor em 2018 sob a perspectiva teórica da “necropolítica”, conforme definido por Achille Mbembe, e o conceito de “paisagem”, conforme apresentado por Denis Cosgrove, evidencia-se a violência histórica e sistemática sofrida pela população do Banhado.

As constantes tentativas de realocação desses residentes para áreas periféricas, as intervenções policiais, as representações midiáticas negativas, entre outras, contribuem para o poder público construir uma narrativa na qual a paisagem do Banhado é percebida como “contaminada” pela pobreza.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Esta visão deliberada e estratégica, resultara na permeação desta visão aos demais moradores de outros bairros, que irão apoiar o poder público para uma futura transformação do Banhado em algo esteticamente agradável ou economicamente viável.

Discussão

Karl Marx em sua obra 18 de Brumário de Luís Bonaparte (2000) nos diz a seguinte frase:

[...] Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (MARX, Karl, 2000, p. 06)

A frase de Karl Marx supracitada nos permite começar a pensar as décadas de luta perpetrada pela comunidade do Jardim Nova Esperança, que carregam consigo o espírito de resistência transmitido pelas gerações anteriores. Desde o seu início histórico, quando os primeiros migrantes de outras regiões brasileiras se mudaram para o Banhado em 1931, começa-se uma história de resistência entre um núcleo populacional predominantemente rural, de pequenos proprietários que construíram suas casas de pau-a-pique e trabalhavam como agricultores e vendedores ambulantes nas ruas centrais da proximidade (ZANETTI, 2010, p. 247-248). Localizado no centro de uma cidade que crescia e se industrializava, a geração que se instalou no Banhado em 1931 deixará um legado de enfrentamento do poder público para seus sucessores.

Esta verdadeira guerra de atrito, travada pela comunidade do Banhado, se dá devido ao caráter dialético das características entre a população presente e a concepção de ideia da cidade de São José dos Campos. As paisagens possuem presença material inquestionável, mas só surgem no momento em que são compreendidas por um observador externo (COSGROVE, 2006, p. 50). A necessidade desta citação se torna aparente quando entendemos as diferentes propostas de projeto para o Banhado, enquanto alguns consideram o lugar como sua moradia, outros acreditam ser uma fonte de possível lucro, com a construção de parques, entretenimento, pesquisa, etc.

O local detém esse nome pelo fato de no passado ter sido banhado pelas águas do Rio Paraíba, portanto propício para a produção hortifrutigranjeira que alimenta o mercado da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, produção esta que confere trabalho a cerca de 38% dos moradores do bairro das quais 41% das famílias retiram o alimento diário para consumo. O ciclo de produção local desempenha uma grande importância na segurança alimentar desta população (TAVARES, J. C.; FANTIM, M. 2019).

Vemos, portanto, um bairro que historicamente apresenta um caráter rural em meio ao coração urbano de São José dos Campos, uma relação intrínseca entre a terra e o trabalho, caracterizando vivência e identidade dos indivíduos que durante décadas foram e são alvo de políticas públicas que visam a realocação de suas famílias para alguma outra área nas periferias da cidade.

Além de ser a moradia de diversas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o Banhado é um dos principais cartões postais da cidade, descrita no século dezenove por Augusto-Emílio Zaluar (1862) da seguinte forma:

Uma das coisas mais dignas de observar-se nesta localidade são os imensos brejos, a que dão aqui o nome de *banhados*, e que se estendem em grande distância aos pés da montanha em que está assentada a vila. (ZALUAR, 1862, p. 109)

Ao nos referirmos ao Banhado como um cartão postal, entendemos que é uma paisagem de uma área específica de materialidade inquestionável e de beleza natural exuberante, mas além da característica de ser graficamente bela, também nos proporciona um sentimento de pertencimento (COSGROVE, 2006, p. 51), isto é, podemos argumentar que todo cidadão de São José dos Campos reconhece o Banhado como uma expressão do belo de sua cidade. Devido ao fato do Banhado ser um fenômeno natural singular a cidade de São José dos Campos buscou ao longo da história integrar

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

a referida região de maneira higienista ao restante da cidade, de maneira que o vereador Tertuliano Delphim Junior em 1973 irá dizer que é necessário defender o Banhado de “invasores” que estavam transformando a área “um patrimônio inalienável do povo” em objeto de loteamento. (DELPHIM JUNIOR, 1973, p. 1 apud SILVA, 2017, p. 170)

Todavia, o processo de naturalizar um ambiente paisagístico e com habitação de uma população com características rurais em meio ao coração de uma cidade que se constrói como um polo tecnológico (LESSA, 2001), é um processo de elementos dialeticamente opostos, do rural com o urbano, entre natureza e cultura (COSGROVE, 2006). A solução proposta pelo poder público, em especial no Plano Diretor aprovado em 2018, é a realocação dos habitantes e suas famílias, via de regra para áreas periféricas, num processo que rompe com os traços de identidade e de pertencimento ao bairro onde vivem e reproduzem suas vidas, além de continuar a situação de precariedade, realocação esta que daria espaço para construção de um museu da biosfera brasileira como ponto de turismo nacional e internacional (PLANO DIRETOR, 2018).

O discurso de realocação da população ali existente remonta à década de 1970, onde o planejamento urbano ganha um caráter funcionalista, isto é, a divisão de lotes de maneira que cada lote tenha seu próprio plano, seja ele um plano habitacional, viário ou de áreas verdes, tendo esses diversos lotes fragmentados compondo uma malha urbana única. Especificamente no ano de 1970, o brigadeiro Sérgio Sobral de Oliveira assume a prefeitura da Estância Hidromineral de São José dos Campos e em sua gestão a prefeitura teria iniciado negociações com a empresa americana Disney World para a instalação de um parque temático na região do Banhado (SILVA, 2017), é evidente que o foco e ênfase das políticas públicas de estabelecerem um parque ou museu na região habitada pelos moradores do Jardim Nova Esperança, ocorre em detrimento de políticas públicas que regularizem o bairro, sendo o discurso da prefeitura para justificar a intensificação das investidas contra a permanência do moradores a falta de saneamento básico e condições precárias das residências.

Ao refletirmos o conceito de necropolítica, cunhado pelo historiador Achille Mbembe (2019), fica evidente a contradição existente entre as políticas públicas adotadas e o discurso veementemente favorável a remoção, muitas vezes por meio de ações violentas conduzidas pela polícia militar, dos moradores da “favela” do Banhado. Temos a existência de um plano de “desfavelamento” empregado pela prefeitura, que perpassa diversas gestões, e que culmina no deslocamento forçado de uma população histórica do centro da cidade São José dos Campos para a margem. Cosgrove (2006) nos lembra que existe um caráter moral de harmonia para a paisagem pitoresca, e ao ser permitido a existência de uma comunidade no centro dessa paisagem pitoresca, ocorre uma desordem, uma contradição com a aparência atribuída ao cartão postal da cidade.

Para melhor entendimento de como o discurso institucional reverbera na população Joseense como um todo, podemos analisar uma matéria publicada recentemente pelo jornal O Vale intitulada “Justiça convoca audiência de conciliação para tratar sobre a desocupação do Banhado” publicada dia 05/05/2023. A referida notícia relata para a população um trecho extremamente curto em que não se explica o contexto histórico de surgimento e assentamento da região, sendo negligenciado as demandas e questionamentos dos próprios moradores acerca da proposta de remoção, sendo nítido o processo de transformar o Banhado em “coisa”, apenas uma paisagem natural que habita o coração urbano de São José dos Campos, um esforço para que sejam esquecidos aqueles que ali habitam e lutam todos os dias contra a coerção psicológica empregada pela prefeitura.

Em outra notícia do mesmo portal, uma liderança da Associação de Bairro, Renato Leandro Vieira, relata estarem sendo vítimas de uma pressão psicológica por parte da prefeitura para que deixem suas casas e aceitem a realocação. Exatamente um dia após a publicação desta matéria, a polícia militar de São José dos Campos realizou uma operação injustificável na região do Banhado, deixando feridos e baleados.

Ao trabalharmos os conceitos apresentados por Pierre Bourdieu (1989) de poder simbólico, entendemos os modos tácitos e quase inconscientes de dominação sociocultural que ocorrem dentro dos hábitos sociais cotidianos, portanto o poder simbólico representa a modalidade ou disciplina empregada contra o outro para confirmar e reafirmar sua posição dentro da hierarquia social, às vezes ocorre em relações individuais, mas no presente caso é a violência com o peso institucional do sistema que está sendo aplicado a sua própria população. O conceito de poder simbólico de Bourdieu (1989) dialoga de maneira semelhante ao de necrolítico de Mbembe, de maneira que o sistema produz diversas formas de matar um indivíduo ou comunidade.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

As formas que o sistema pode matar são muitas e são amplamente discutidas no livro *Necrocapitalismo*, de Gabriel Miranda (2021). No contexto relevante para o nosso caso, destaca-se a morte simbólica, que ocorre quando o indivíduo não consegue se reconhecer no outro, possibilitando justificar ataques motivados pelo medo, ódio ou repulsa direcionados a determinados grupos - neste caso o grupo sendo os moradores do Jardim Nova Esperança - e a morte subjetiva, que se refere a aniquilação da existência de grupos populacionais que são inviabilizados pela naturalização e normalização dos meios de coerção.

Por último, temos a morte biológica, que são causadas diretamente ou indiretamente pelas ações e inações do Estado, como evidenciado pela notícia do dia 25 de abril de 2023, do portal O Vale, onde uma ação policial sem justificativa que levou a uma situação de feridos. No caso evidenciado pela notícia supracitada, observamos de maneira clara como funciona a política de coerção da população ali existente, desta vez escancarando a política de violência do sistema, esta que tem um caráter de classe e raça. (MIRANDA, 2021)

Bertold Brecht, um dramaturgo e poeta alemão do século XX escreveu a seguinte frase em seu livro *Buch der Wendungen*, que contextualiza as categorias de morte supracitadas:

Há muitas maneiras de se matar uma pessoa. Cravando um punhal em seu peito, tirando-lhe o pão, não tratando sua doença, condenação a miséria, fazendo-lhe trabalhar até arrebentar, impelindo ao suicídio, enviando para a guerra, etc. Só a primeira é proibida pelo nosso Estado. (BRECHT, Bertold, 1965)

A compreensão deste trecho facilita entendermos os conceitos teóricos trabalhados, especialmente aqueles de necropolítica e as categorias de morte apresentadas por Gabriel Miranda. Devemos, portanto, enquanto cidadãos de São José dos Campos, estarmos atentos as estratégias de sufocamento e eventual morte de uma comunidade histórica e de extrema importância para cidade, para que assim possamos lutar em conjunto com os residentes do Jardim Nova Esperança.

Conclusão

Com base nas considerações apresentadas, é possível inferir uma correlação entre o conceito de necropolítica, elaborado pelo historiador Achille Mbembe (2019), e a concepção de paisagem, sobretudo aquela exposta por Denis Cosgrove (2006), no âmbito da construção das políticas públicas que de maneira sistematizada produzem formas diretas e indiretas de causar a morte de indivíduos e comunidades. Essa relação se estende, ademais, ao discurso institucional e midiático, que tende a seguir o discurso dominante de justificar as práticas de violência simbólica, subjetiva e normalizar aquelas decorrentes da morte biológica.

Concluimos então que o Banhado é considerado cartão postal de São José dos Campos, mas a população que ali vive nunca fará parte da visão de uma cidade progressista e tecnológica, uma população que não condiz com a narrativa construída e desejada, e, portanto, deve ser constantemente violentada até que se apague por completo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

COSGROVE, Denis. **Modernity, Community and the Landscape Idea**. Journal of Material Culture, v. XI, n. 1-2, p. 49-66, 2006. Disponível em: <http://mcu.sagepub.com/content/11/1-2/49>.

ROSA FILHO, Artur. **As políticas públicas do poder executivo municipal na remoção e/ou reurbanização das favelas do município de São José dos Campos**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, p. 119 2002.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

FOUCAULT, Michel . **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de RAMALHETE, Raquel. 20ª Edição, 1987. Petrópolis: Editora Vozes, p. 288.

IPPLAN. **Relatório do Fórum Final de Discussão da Proposta do Plano Diretor**. Disponível em: http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/Link/Arquivo/2018%2008%2031%20-%20Relatorio_ForumFinal_PD_R3.pdf. Acesso em: 15 de Maio de 2023

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. Durham: Editora Duke University, 2019.

MIRAFETAB, Faranak. **Beyond formal politics of planning**. Urban Politics: An Interdisciplinary Dialogue. Int. J. Urban Reg. Res., v. 35, n. 4, p. 860-862, Julho 2011.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Censo de 2010**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/sao-jose-em-dados/populacao/>. Acesso em: 15 de Maio de 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Lei Complementar n. 612, de 30 de Novembro de 2018**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos e dá outras providências. Disponível em: <http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/EstudoTecnico/Anexo/LC612.pdf>. Acesso em: 15 de Maio de 2023

SILVA, Douglas Almeida; VIANNA, Paula Carnevale; ZANETTI, Valéria. **Planejamento Urbano, Agentes e Representações: Criação do Banhado, Cartão Postal de São José dos Campos**. Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. XX, n. 2, p. 163-184. abr-jun, 2017.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. **Híbridos na Paisagem**. Ambiente & Sociedade. Campinas, v. XII, n. 1, p. 83-89. jan-jun, 2009.

ZALUAR, Augusto-Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)**. São Paulo: Biblioteca Histórica Paulista, p. 109, 1862.

SILVA, Antonio Carlos Oliveira, et al. **São José dos Campos Sanatorial: Modernidades e Sociabilidades em Conflito (1920-1940)**. In: ZANETTI, Valéria (Org.). **Fase Sanatorial de São José dos Campos: espaço e doença**. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2010, p. 247-248.